

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.223 - SP (2019/0257841-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADOS : KARINA HELENA CALLAI - DF011620
RODRIGO KOPKE SALINAS - SP146814
LEO WOJDYSLAWSKI - SP206971
AGRAVADO : THE OLD BEER CERVEJARIA LTDA
AGRAVADO : MARCELO DE ALMEIDA BAIRAO
ADVOGADO : ANDRÉ GUENA REALI FRAGOSO - SP149190

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INIBITÓRIA C/C COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS. ECAD. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 123/STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD contra a decisão de fls. 647-648 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 569, e-STJ):

AÇÃO INIBITÓRIA C.C. COBRANÇA - DIREITOS AUTORAIS - ECAD - EXECUÇÃO DE MÚSICA AO VIVO E MEDIANTE REPRODUÇÃO MECÂNICA EM RESTAURANTE - Demanda julgada procedente em parte - Apelo dos réus limitado à área sonorizada - Prova pericial pedida por eles para demonstrar excesso na medição do ECAD que restou preclusa - Sentença mantida nesse ponto - Inconformismo do ECAD quanto à não aplicação do art. 290 do CPC/73 (vigente à época dos fatos, sentença e dos recursos),

Superior Tribunal de Justiça

termo inicial dos juros moratórios e da correção monetária e incidência da multa moratória regulamentar - Inexistência de parcelas periódicas que impede a aplicação do art. 290, mormente considerando que o restaurante fechou - Sentença mantida no particular - Juros da mora a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ - Correção monetária também a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 43 do STJ - Sentença reformada nesses dois pontos - Multa moratória regulamentar não pedida na inicial - Não incidência, sob pena da sentença conceder acréscimo monetário que não foi pedido - Sentença mantida também nesse ponto - Sucumbência que passa a ser integral dos réus - Apelo dos réus desprovido e do ECAD provido em parte.

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 590-595, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 342-357, e-STJ), o recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação dos arts. 323, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil.

Sustentou, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a omissão do Colegiado estadual em analisar questões relevantes para o deslinde da controvérsia, bem como ausência de fundamentação na decisão recorrida; e (ii) que a execução de obras musicais, litero-musicais e fonogramas não autorizados se dá de forma contínua e habitual, motivo pelo qual as parcelas vincendas devem ser incluídas na condenação.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial com base nos seguintes fundamentos: a) não configurada a alegada violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois as questões trazidas pelo recorrente foram analisadas e a decisão encontra-se fundamentada; b) aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais; e c) não houve demonstração da vulneração legal suscitada.

Irresignado (fls. 651-662, e-STJ), aduz o agravante que o presente reclamo merece trânsito, refutando os retrocitados óbices de admissibilidade, ao mesmo tempo que alega usurpação de competência pelo Colegiado estadual à época de emissão do juízo prévio de admissibilidade.

Superior Tribunal de Justiça

Sem contraminuta, conforme certificado à fl. 668 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Convém registrar que deve ser afastada a alegação da agravante quanto à usurpação de competência por parte do Tribunal de origem. Isso porque cabe ao Presidente da Corte local examinar a admissibilidade do recurso especial, o que por vezes implica exame superficial do próprio mérito, não significando usurpação de competência. Assim dispõe o enunciado n. 123 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça: "a decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais ou constitucionais."

Preliminarmente, cabe esclarecer que os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Outrossim, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

No caso, cumpre asseverar que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo apenas de forma contrária à pretensão da parte recorrente. Não há, portanto, omissão ou erro material ensejadores de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO REQUERENTE.

1. O Tribunal de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que a baixa de demora de gravame de veículo adquirido por alienação fiduciária não configura dano moral *in re ipsa*. Incidência da Súmula 83/STJ.

2.1. No caso em tela, a revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a inexistência de circunstâncias outras a comprovar o dano sofrido. Incidência da Súmula 7/STJ.

2.2. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame do dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido (AgInt no REsp 1666231/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2019, DJe 06/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. OMISSÃO INEXISTENTE. DOCUMENTO. PRAZO. ARQUIVAMENTO. RENÚNCIA. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA INADMISSÍVEL. AUSÊNCIA DE PROVA. EQUIPAMENTO. ENTREGA E INSTALAÇÃO. MATÉRIA PROBATÓRIA. REEXAME. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

3. A lei não admite a renúncia antecipada aos efeitos da prescrição, mas somente depois de exaurido o prazo correspondente. Precedente.

4. O tribunal local, após a análise das provas, concluiu pela existência da dívida. Rever tal posicionamento atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1365839/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 29/05/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, deu parcial provimento ao apelo do recorrente, alterando o termo inicial dos juros de mora e da correção monetária, manifestando-se nos termos a seguir (e-STJ, fls. 571-573, sem grifos no original):

Passando ao apelo do ECAD, **não tem razão quanto à aplicação do já aludido art. 290, uma vez que, conforme bem ressaltado na sentença, não se tratam de prestações periódicas, mas de contraprestação por serviço efetivamente prestado, a afastar a dita incidência.**

Principalmente se considerarmos que, conforme pesquisa na *web* feita por esta Relatoria na data de elaboração deste voto (20.03.18), o restaurante já fechou. Logo, se o autor pretender receber parcelas compreendidas entre a propositura e o fechamento deverá ajuizar nova demanda. A sentença não merece censura, também nesse particular.

(...)

Mas não se houve com o mesmo (e costumeiro) acerto o i. prolator quanto aos juros e correção. É que as Súmulas 54 e 43 do STJ estabelecem que em caso de responsabilidade extracontratual (como no caso destes autos) e de dívida por ato ilícito (civil, como nesta demanda), os juros e a correção correm a partir do evento danoso (Súmula 54) ou da data do efetivo prejuízo (Súmula 43).

(...)

Assim, a sentença comporta, nesses dois pontos, parcial reforma.

Desse modo, para suplantar a conclusão do TJSP, seria indispensável o revolvimento dos fatos e das provas juntados aos autos, o que é vedado nesta instância extraordinária, em decorrência do óbice da Súmula 7/STJ.

Especificamente no tocante à alegada violação do art. 290 do CPC/1973, em face da negativa na origem da concessão de parcelas vincendas, razão não assiste ao recorrente.

Embora o aludido normativo possibilite a sua inclusão no cumprimento da obrigação, tal efeito não é automático nem presumido. A jurisprudência do STJ é no sentido de que cabe ao autor demonstrar a consistência de sua pretensão.

O mencionado dispositivo estatui:

Art. 290. Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de

Superior Tribunal de Justiça

declaração expressa do autor; se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação.

Assim, tratando a ação proposta pelo ECAD decorrente de cobrança de valores correspondentes a direitos autorais, não há que se aplicar a regra prescrita no art. 290 do CPC, para efeito de incluir na condenação as parcelas vincendas, pelo seguintes motivos: a) por não versar sobre obrigação que pactuaram as partes, nem revestir-se de nenhum caráter de periodicidade; e b) o pagamento de tais valores vincula-se a ocorrência de infrações à legislação de direito autoral, passíveis sempre de discussão administrativa ou judicial; e c) tais infrações autorais sujeitam-se ao seu cometimento esporádico ou sucessivo do próprio infrator.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator